

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA: DINÂMICAS E CONTRADIÇÕES

EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO EN LA AMAZONÍA: DINÁMICAS Y CONTRADICCIONES

 Júlia Adão Bernardes^A

^A Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 29/10/2021 | 04/01/2022 DOI: 10.12957/tamoios.2022.63233

Correspondência para: Júlia Adão Bernardes (julia.rlk@gmail.com)

Resumo

O presente trabalho propõe analisar o atual movimento de expansão das fronteiras agrícolas tecnificadas na Amazônia Brasileira, uma região cuja centralidade é de fundamental relevância para o Brasil e o mundo. Essas fronteiras deverão ser reconstruídas através de conceitos como fronteira (MARTINS, 2014), território usado (SANTOS, 1999; RIBEIRO, 2005) e contradições (HARVEY, 2016), uma abordagem que procura reconhecer a criação de paisagens geográficas mais favoráveis à reprodução do capital, no contexto do seu avanço no campo, das novas formas de relação que vem estabelecendo com o Estado e o território e das repercussões sociais e ambientais. Nesse sentido, a pesquisa centra suas possibilidades teóricas na ótica da acumulação capitalista e nas tentativas de alisamento do espaço econômico, na dinâmica do mercado, na atuação do Estado e no confronto entre interesses dominantes e formas de produzir pré-existentes. Na percepção da contradição, é possível desvendar os conflitos, procurando destacar como a aparente resolução gradual coincide com o processo de intensificação da integração da região ao fluxo do comércio internacional. Nesse caminho analítico é possível reconhecer essa fronteira como projeto dos mais poderosos e como espaço dos que lutam pela vida no âmbito da ordem dominante verticalizada e excludente.

Palavras-chave: fronteira agrícola; agronegócio; logística; Amazônia; contradições

Abstract

El presente trabajo propone analizar el actual movimiento de expansión de las fronteras agrícolas tecnificadas en la Amazonía brasileña, una región cuya centralidad es de fundamental importancia para Brasil y el mundo. Estas fronteras deben ser reconstruidas por conceptos como frontera (MARTINS, 2014), territorio utilizado (SANTOS, 1999; RIBEIRO, 2005) y contradicciones (HARVEY, 2016), enfoque que busca reconocer la creación de paisajes geográficas más favorables a la reproducción del capital, en el contexto de su avance en el campo, de las nuevas formas de relación que viene estableciendo con el Estado y el territorio, y de las repercusiones sociales y ambientales. En este sentido, la investigación centra sus posibilidades teóricas en la perspectiva de la acumulación capitalista y en los intentos de suavizar el espacio económico, en la dinámica del mercado, en el desempeño del Estado y en el enfrentamiento entre intereses dominantes y formas de producción preexistentes. En la percepción de la contradicción, es posible investigar los conflictos, tratando de resaltar cómo la aparente resolución gradual coincide con el proceso de intensificación de la integración de la región al flujo del comercio internacional. En este camino analítico, es posible reconocer esta frontera como un proyecto de los más poderosos y como un espacio para quienes luchan por la vida en el ámbito del orden dominante verticalizado y excluyente.

Palabras-clave: frontera agrícola; agronegocio; logística; Amazonía; contradicciones





INTRODUÇÃO

No recente processo de expansão das fronteiras agrícolas tecnificadas na Amazônia Legal, o capital e o Estado assumem um papel fundamental na produção dos lugares, nos quais será realizada a atividade capitalista de produção de grãos, especialmente da soja. Nessa direção, este trabalho objetiva analisar o atual movimento de expansão das fronteiras agrícolas numa região de fundamental relevância para o país e para o mundo.

Justificam o referido estudo os seguintes processos que vêm se acentuando na última década: a deflagração de um novo processo de expansão territorial do complexo produtivo de grãos em novas escalas e sua modernização; a associação desses complexos com o desenvolvimento da cadeia de carnes e com a implantação da indústria de etanol de milho; as novas possibilidades de escoamento da produção através das vias do norte do país; o processo de avanço do capital no campo; as políticas públicas em vigor; as novas interações estratégicas entre os atores privados e as agências públicas; a tendência ao aumento dos conflitos sociais e ambientais, simultaneamente à redução dos espaços que permitem a negociação de interesses entre os diferentes segmentos da população.

Para melhor compreensão do referido processo é fundamental a renovação do arcabouço teórico disponível, de modo a projetar um novo olhar sobre a recente expansão das fronteiras agrícolas, significando analisar o recente processo de concentração do capital, as novas formas de relação com o Estado e o território e suas repercussões. Nesse sentido, este trabalho centra suas possibilidades teóricas na ótica da acumulação capitalista e nas tentativas de alisamento do espaço econômico.

Tais processos, que provocam conflitos com grupos excluídos dessa lógica global, justificam uma abordagem com utilização de conceitos como fronteira (MARTINS, 2014), território usado (SANTOS, 1999; RIBEIRO, 2005) e contradições (HARVEY, 2016), que possibilitam maior entendimento do novo movimento do capital na expansão das fronteiras agrícolas tecnificadas na contemporaneidade. Nesse contexto o presente trabalho deverá apresentar a seguinte estrutura: na primeira parte, discussão do conceito fronteira; na segunda parte, identificação do atual movimento das fronteiras agrícolas; na terceira parte, análise do conflito decorrente do encontro entre populações de diferentes temporalidades, no âmbito da percepção da contradição.

DISCUSSÃO DO CONCEITO DE FRONTEIRA



A partir do pressuposto de que o conceito é sempre um discurso sobre algo, pode-se afirmar que o conceito de fronteira é um discurso sobre um lugar, significando uma forma de ver o lugar, que pode ser um novo olhar sobre o mesmo. Milton Santos dizia que “as fronteiras são uma realidade que, como tudo, se subordina à marcha da história, cujo significado e importância, muda com a história” (SANTOS, 1995, p.5).

A noção de fronteira de Frederick Turner (1893), em sua leitura da história americana, era interpretada em termos de espaços “vazios”, “livres”, concebendo-a em termos do movimento expansivo da sociedade em contraposição ao caráter estático da fronteira natural (Knauss, 2004), valorizando o estágio da sociedade, contrapondo mundo selvagem e mundo civilizado ao ressaltar que “a fronteira é o pico da crista de uma onda – o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização” (TURNER, 1893, p.24). Essa abordagem traz a ideia de algo que está sendo incorporado à civilização, de igualdade de oportunidades, de democracia. Tais ideias encontraram repercussão em muitos autores brasileiros, sendo reproduzidas como se o conceito fosse permanente.

Referindo-se à Amazônia Agrícola em “O Caboclo e o Brabo”, Oliveira Filho assinala que “o surgimento da agricultura é tomado como sinal da chegada da civilização e indicador do estabelecimento de uma qualidade nova na relação do homem com o meio. Nos limites da utopia falam de um momento em que fixada a população ao solo pela atividade agrícola, o Amazonas, de um imenso deserto se transformaria no celeiro do mundo” (OLIVEIRA FILHO, 1979, p.115). A ideia de fronteira dos militares nos anos 70 também é civilizatória, associada à incorporação à civilização, compondo o mito da unidade territorial, da integração, conceito que está na base da formação do território brasileiro. Tratava-se de oferecer as terras “vazias”, sem homens, da Amazônia, para os homens sem terra do Nordeste.

Por outro lado, à luz das teorias de Turner, assim como o avanço da fronteira americana significou descentralização, no Brasil dos anos 70, para os partidários da modernização, emergia no sentido de descentralização econômica, justificando, assim, a ocupação dos espaços “vazios”. Era um movimento pioneiro no sentido de inaugurar vias de circulação para a integração político-econômica, de valorizar a propriedade com um novo preparo da terra, com a presença do migrante, viabilizando a construção do “novo” numa estrutura social ainda não consolidada. Assim, Turner serviu de referência para outras teses sobre fronteira no Brasil, que não rompiam com ele, reproduzindo suas ideias.

No seu livro *Fronteira* (2014), o sociólogo José de Souza Martins mostra duas formas de ver a fronteira: a dos geógrafos, nos anos 40, que a denominavam de “frente pioneira”, que não consideravam os indígenas, tendo como referência os empresários, fazendeiros, comerciantes, pequenos agricultores modernos e empreendedores. Pierre Monbeig (1952), nos seus estudos sobre os pioneiros na expansão do café em São Paulo, via os indígenas



alcançados e massacrados pelas frentes pioneiras como precursores dessa frente, “como se estivessem ali transitoriamente à espera da civilização que acabaria com eles”, assegura Martins (2014, p.135).

Já os antropólogos, esclarece Martins, a partir dos anos 50, definiam essas frentes da população civilizada e das atividades econômicas, reguladas pelo mercado, como “frentes de expansão” (2014, p.134), que não trabalha com situações de fronteira da civilização, mas “expressa a concepção de ocupação do espaço, de quem tem como referência as populações indígenas”.

Para Martins, a distinção entre a concepção de frente pioneira e frente de expansão, constitui um instrumento que ajuda a compreender os fatos e acontecimentos da fronteira, e é um instrumento útil “quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando destaca a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica, não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na história”. Portanto, para o autor, “a categoria mais apropriada para a reflexão sociológica é a de “frente de expansão” porque se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade, sendo secundária a dimensão econômica de frente pioneira” (MARTINS, 2014, p.139).

Partindo do pressuposto de que é fundamental questionar e reinterpretar os conceitos, já que os mesmos e seus autores nem sempre pertencem ao mesmo universo, sendo fundamental distinguir onde e quando os autores se aproximam ou não, cabe examinar como o conceito de fronteira, na visão geográfica, que vai incorporar não só a dimensão econômica, mas também a social, e conseqüentemente o conflito, é capaz de fazer a leitura de fenômenos em contextos recentes, onde novas necessidades e interesses emergem (COELHO, 2005). Nesse contexto, procuraremos abordar a expansão da fronteira da agricultura tecnificada na Amazônia Legal.

Falar de fronteira significa qualificá-la e um elemento fundamental a ser ressaltado na fronteira da agricultura tecnificada da Amazônia é o fato dessa construção constituir parte de uma economia globalizada, aproximando-se, assim, do sentido atribuído por Martins, que a caracteriza como uma nova racionalidade econômica, pela constituição formal e institucional de novas mediações políticas, pela criação do “novo” vinculado à expansão dos mercados, induzindo à modernização e novas concepções de vida (MARTINS, 2014). Para Machado, o que pode ser considerado “novo”, no que se refere à intervenção estatal para a valorização das terras amazônicas, “é o uso de recursos técnicos modernos, a articulação com o capital



privado nacional e internacional e a integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica” (MACHADO, 1992, p.38).

Na medida em que o uso de técnicas modernas constitui a base da produção do espaço numa economia mundializada, os diferentes tipos de espaço nessa fronteira passam a diferenciar-se por sua diferente capacidade de oferecer rentabilidade às inversões em função de condições de ordem técnica e organizacional. A fluidez e a velocidade das técnicas da informação, que articulam as demais técnicas, produzem lugares com novos conteúdos, “ocorrendo o processo de (re)estruturação com a participação de ações políticas que contribuem para alterar a dinâmica local/regional” (BERNARDES, 2005, p.55).

O MOVIMENTO DE EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS TECNIFICADAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Para dar continuidade ao processo de acumulação de capital, a partir dos anos 2000 novas ações passaram a ser irradiadas pelo aparelho de Estado, favorecendo as práticas dos novos agentes. Dentre essas ações destaca-se o surgimento de novas possibilidades logísticas de escoamento da produção em direção ao norte do país, instituindo novos eixos dinâmicos que ampliaram os chamados corredores de exportação.

Uma das fronteiras mais recentes do território mato-grossense localiza-se na parte noroeste, na Pré-Amazônia, envolvendo o município de Colniza, que abrange 27.946,126 km², detendo uma população de 26.381 habitantes e densidade demográfica de 0,94 hab/km². A título de comparação, o município equivale a 63,95% da superfície do estado do Rio de Janeiro, sendo 30% maior que o estado de Sergipe. Conta com aproximadamente dez mil pequenas propriedades de agricultores familiares, que ocuparam terras devolutas e latifúndios improdutivos na década de 80, com base em projetos de Assentamento do INCRA, o que vem atraindo, recentemente, interesses de agentes negociadores de terras, transformando esta região em uma área de forte tensão e conflitos (MIRANDA FILHO, 2017). Segundo pesquisa da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), em 2007 o município foi considerado o mais violento do país. Está inserido no bioma amazônico e, juntamente com Juína e Juara, além de outros municípios, configura uma das mais recentes fronteiras agrícolas do território mato-grossense, no eixo da BR-364 e da MT-174.

Em 2017 Colniza foi destaque nacional devido à chacina ocorrida na Gleba Taquaruçu, distrito de Guariba, quando pistoleiros assassinaram 10 trabalhadores rurais que ocupavam áreas em terras devolutas. O referido conflito constitui um dos sintomas da fase de



expansão atual da fronteira agrícola atual no Brasil, no âmbito do processo de apropriação de terras. Simultaneamente vem ocorrendo o desmatamento, selecionando as indústrias madeireiras as espécies mais valiosas para comercialização e, em seguida, instala-se a atividade pecuária. Em Juína e Juara, a pecuária vem dando lugar ao cultivo da soja, a qual totalizou em 2020 aproximadamente 206.072 ton. e 62.446 ha de área plantada. Este constitui um dos cenários reveladores do atual estágio do movimento das fronteiras agrícolas tecnificadas na porção noroeste do estado.

A reprodução das atividades do agronegócio no Brasil está intimamente ligada à disponibilidade de terras. De acordo com Medeiros e Leite (2004), os empresários deste setor, mesmo dominando vastas extensões de terras, também necessitam do controle de estoques disponíveis para possíveis expansões de suas atividades. Isto tem provocado um constante aumento no valor das terras, tanto nos locais onde o agronegócio já se instalou quanto naqueles que estejam propensos ao seu desenvolvimento. Desta forma, a terra passa a ser o elemento fundamental para a expansão da produção agropecuária.

Ao longo das BRs 163 e 158 mato-grossenses, a primeira fase da expansão da fronteira agrícola ocorreu em fins da década 80, sendo as mesmas construídas estrategicamente pelo governo militar para garantir o avanço da fronteira agrícola no cerrado e Amazônia. Naquela época, com o objetivo de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, o governo colocou em prática a política de ocupação dos chamados espaços “vazios”, implantando políticas de colonização públicas e privadas, acarretando mudanças na estrutura fundiária, concedendo estímulos às empresas agropecuárias através da isenção de impostos e subsídios governamentais, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade. Assim, o campo passou a ser receptáculo para as grandes empresas, alterando radicalmente as formas de trabalho que os povos indígenas e as populações locais desenvolviam, que consistia na agricultura de subsistência e atividades extrativistas.

Atualmente o cultivo de soja ao longo de quase toda a BR-163 e parte da BR-158 já se consolidou; entretanto, parcelas substanciais do território vivenciam a segunda fase da fronteira, ou seja, a passagem da ocupação pela pecuária para a de grãos. Como assegura Elias, na atual fase da globalização o avanço dos transportes e das comunicações tem possibilitado a dispersão espacial da produção, "favorecendo a inclusão de áreas até então pouco favoráveis à obtenção de alta lucratividade" (2006, p.31).

O movimento de expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia, estimulado pela abertura de novas frentes de escoamento da produção, resulta na aceleração da implantação de novos fixos e ações no estado do Pará. Nessas fronteiras vem se acentuando o movimento que torna esse local individualizado, enquanto espaço concreto da produção,



porém simultaneamente socializado no âmbito da globalização, enquanto sistema de produção e circulação (OLIVEIRA, 2012). Tal processo envolve a alteração violenta da vida material e a negação do que as culturas locais podem trazer de positivo (BERNARDES, 2017).

Tratando-se da fronteira ao norte da BR-163 mato-grossense, domínio da pecuária até 2015, assiste-se, nos últimos 5 anos, ao movimento de substituição dessa atividade pelo cultivo de grãos, enquanto a pecuária se desloca para o Pará, onde a fronteira passa a vivenciar a sua primeira fase. Em função da nova logística que vem sendo implementada no Arco Norte, mais especificamente no porto de Miritituba, às margens do rio Tapajós, onde está prevista a instalação de ferrovia estabelecendo ligações com a região formada por Sinop, Sorriso, Lucas e Nova Mutum, com vistas ao redirecionamento dos fluxos de transporte de commodities para o mercado internacional, esta região vai se tornando mais valorizada e a terra mais disputada.

A reorganização dessas áreas, seja no norte de Mato Grosso, ou ao longo da BR-163 paraense, passa a ser controlada pelas empresas “gigantes dos grãos” nacionais e internacionais, que atuam de forma seletiva e excluindo a população local de qualquer ganho social, apropriando-se de suas terras e criando “bolsões de pobreza”. Segundo o Greenpeace (2021)¹, os municípios Altamira, Novo Progresso e São Félix do Araguaia, constituem os atuais eixos de grilagem no Pará. Valendo-se da noção “produção necessária e desnecessária”, desenvolvida por Santos e Silveira (2001), em sua tese de doutorado, Costa (2017) afirma que as grandes empresas, com o objetivo de obter de ganhos de competitividade, e aproveitando-se da colaboração ou da omissão do Estado, utilizam o território paraense em busca de competitividade em escala global. Em contrapartida, ocorrem perdas ambientais e sociais irreparáveis, permitindo afirmar, nesse contexto, que essa é uma circulação desnecessária para a população local.

No final dos anos 70, na porção sul da BR-158 mato-grossense as ações do poder público favoreceram a implantação da fronteira agrícola; simultaneamente, na parte norte foi instalada a pecuária extensiva, com base na apropriação de imensas áreas, muitas com mais de 500 mil ha, constituindo os grandes projetos agropecuários, implicando na destruição da pequena produção agrícola tradicional, na expulsão de antigos posseiros e assentados, no cercamento de territórios indígenas, ou seja, na eliminação da terra como condição de vida.

Entretanto, o modelo de acumulação que vem se instalando no setor agrícola brasileiro a partir dos anos 2000, favorece a realização das estratégias econômicas do capital financeiro, no sentido de auferir maiores lucros sob o patrocínio das políticas de Estado. Nesse contexto, o setor de commodities agrícolas passa a apresentar vigorosa expansão, observando-se o avanço da fronteira no Vale do Araguaia em direção ao Pará, seja nas frações ainda não ocupadas e/ou consolidadas da parte sul da rodovia, seja nas áreas situadas ao norte, antes



ocupadas pela pecuária, estimulada pelo ambiente institucional criado e por novas possibilidades logísticas.

A fronteira agrícola que vem se desenvolvendo no Vale do Araguaia, intensificando-se no Vale do Xingu, emerge como a expressão mais acabada da nova versão da "era tecnológica", com predomínio da agricultura de precisão, constituindo a articulação agricultura/pecuária o novo modelo. Contudo, os novos arranjos espaciais assentados em técnicas modernas, representam transformações rápidas e traumáticas em função do ritmo acelerado da decomposição da agricultura familiar dos assentamentos, da expulsão de posseiros e indígenas e das questões ambientais.

Deve-se destacar que, é no âmago da Amazônia que os mais recentes projetos de avanço da fronteira agrícola vêm sendo implantados neste momento. Informações publicadas em O Globo destacam a recente implantação do projeto Amacro, numa área que engloba 32 municípios dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia. O projeto, que começou a ser desenvolvido pelos ruralistas em 2019, e que aproveitou a gestão de Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente, que incentivava aproveitar a oportunidade “para deixar a boiada passar”, constitui atualmente um dos movimentos de expansão da fronteira agrícola tecnicizada mais expressivos na Amazônia, onde o desmatamento, a grilagem e demais conflitos por terra se intensificam.

Sete municípios, situados no sul do estado do Amazonas, fazem parte do referido projeto: Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Nova Aripuanã. Segundo o Instituto Imazon, nesses municípios foram derrubados, entre janeiro e maio de 2021, cerca de 537 km² de floresta, correspondendo a 87% do total desmatado no estado no período, destacando-se os municípios de Lábrea e Apuí como os maiores desmatadores. Além do desmatamento, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam inúmeros conflitos com seringueiros, extrativistas e pequenos produtores agrícolas. Em Boca do Acre, no segundo semestre de 2020, os conflitos envolveram 2.364 moradores, além da execução de um advogado dos pequenos produtores.

O coordenador da CPT, Cosme Capistrano, afirma que investigações do Ministério Público Federal do Amazonas, em 2017, identificaram a contratação de milícias por parte dos fazendeiros para expulsar as comunidades de pequenos agricultores desse município. No que diz respeito ao trabalho escravo, no município de Lábrea foram resgatadas em 2019, um total de 11 pessoas que trabalhavam na extração de madeira. Capistrano denuncia, ainda, os efeitos extremamente destrutivos da pulverização de agrotóxicos por aviões das grandes propriedades, que resultam na contaminação das águas, na deterioração da saúde e na



destruição da castanha e do açaí, que constituem importante fonte de renda da população local.

Como informa o Imazon, nos 32 municípios que fazem parte do projeto Amacro encontram-se 94.199 km² de florestas públicas não destinadas, das quais 70% estão localizadas nos 7 municípios participantes do projeto no estado do Amazonas. Cabe esclarecer que florestas públicas não destinadas são terras da União que não estão protegidas como unidades de conservação, não se destinam à reforma agrária, nem pertencem a qualquer órgão ou autarquia, possibilitando que qualquer um se declare dono. Contudo nesse território vivem muitas famílias. Segundo o coordenador da CPT, os grileiros apresentam registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é um documento auto declaratório, para expulsar os moradores tradicionais que não conseguiram regularizar a terra onde vivem e trabalham.

Para Santos, a reflexão sobre o território é fundamental para a reflexão política, seja pela concentração de rugosidades, seja devido às ações dos agentes no presente. Nesse sentido, Ribeiro percebe o território usado como uma “categoria mediadora posicionada entre o passado e o presente, cujo domínio é indispensável ao desvendamento dos futuros possíveis. Esta mesma capacidade mediadora emerge no intercâmbio entre gerações e conjunturas” (RIBEIRO, 2005, p.94). E é nesse território usado que o homem lento de Santos (1994) emerge, nos diz Ribeiro, sugerindo uma nova compreensão do território e de suas potencialidades, desvendando os recursos indispensáveis à vida, sugerindo uma nova compreensão da própria política (RIBEIRO, 2005, p.94).

OS AJUSTES ESPAÇO-TEMPORAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PAISAGEM GEOGRÁFICA

O movimento de expansão das fronteiras agrícolas tecnificadas em direção à Amazônia pode ser explicado, em parte, pela existência de condições logísticas que facilitam o escoamento da produção pelo norte do país, uma vez que atravessar espaços custa tempo e dinheiro, que é a chave para a obtenção de mais lucro (HARVEY, 2017, p. 140-141). É o que Marx chamava de “destruição do espaço pelo tempo”, afirma Harvey, o que pode ser realizado através das inovações, no caso brasileiro como a agricultura de precisão 4.0, via satélite, graças às tecnologias de informação, já utilizadas pelo agronegócio. Como o transporte de mercadorias constitui uma forma menos móvel de capital, os baixos custos do mesmo dependem da decisão da localização, ou seja, de uma localização que contribua na redução do tempo e dos custos do transporte, proporcionando novas oportunidades de lucro. Assim sendo, a logística de transportes constitui fator determinante na localização,



estimulando o avanço das fronteiras agrícolas em direção à Amazônia. Nesse contexto, o capital vai destruindo o velho e sobre suas cinzas constrói uma nova paisagem geográfica.

Entretanto, os denominados “ajustes espaço-temporais” por Harvey (2017, p. 143), que significam o ajuste físico de parcelas do capital a determinado lugar, por meio de investimentos de longo prazo, ou seja, a construção de novas paisagens geográficas mais favoráveis à acumulação capitalista, desencadeiam crises locais profundas e destrutivas. Além da modificação e destruição da natureza, através do desmatamento e incêndios, atingem comunidades indígenas, quilombolas e agricultores familiares, que são expulsas por grileiros e agrotóxicos.

Na sua concepção de território usado, praticado, uma categoria mediadora entre o presente e o passado (SANTOS, 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001), Santos enfatiza a importância do território para a reflexão política, propondo um humanismo concreto, onde o território usado revela as experiências daqueles que sobrevivem em ambientes hostis (RIBEIRO, 2005). Nesse contexto, a luta pelo território possibilita a compreensão das práticas sociais e das lutas de resistência dos “homens lentos” contra as invasões, agressões, expulsões e apropriações por parte dos agentes do agronegócio.

O capital e o Estado sempre tiveram papel fundamental na produção de espaços e lugares em que se realiza a atividade capitalista. Não obstante, na atual conjuntura política, tratando-se do avanço das fronteiras agrícolas brasileiras, o Estado não só apoia abertamente os interesses das empresas, mas facilita as suas ações, desenvolvendo políticas favoráveis à atuação das mesmas. Tratando-se do projeto Amacro, o mesmo conta com a adesão do governo federal e estaduais, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Em síntese, assiste-se ao “surgimento de uma aliança profana entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro para criar uma forma de “capitalismo abutre”, que desembocam na destruição de formas de vida em territórios inteiros” (HARVEY, 2017, p. 151).

Em contraposição à implantação das novas estruturas, frequentemente também emergem movimentos de resistência, os quais, no momento atual, constituem um “mosaico de sementeiras” (HARVEY, 2017, p. 152); entretanto, se estas “sementeiras” forem devidamente interconectadas e unificadas, podem contribuir num processo de mudança. No âmbito da abordagem da fronteira, mapeada por conceitos que permitem reconhecê-la não apenas como projeto dos mais poderosos, mas também daqueles que lutam pela vida, Ribeiro chama a atenção para o fato de que



A transumância do trabalho concreto retoma formas pretéritas de produção nos movimentos da fronteira marginalizada, enquanto a técnica atual modifica as resistências à ação dominante. Por esta razão, as contradições entre natureza e sociedade e, ainda, entre técnica e consciência, emergem, na fronteira, como uma estranha simbiose entre impulsos globais e uma hiper atualizada acumulação primitiva de capital, que inclui a alocação socialmente seletiva dos investimentos públicos, a grilagem de terras e a violência (RIBEIRO, 2009, p.11).

Nas atuais fronteiras agrícolas da Amazônia, os arranjos espaciais significam a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades, onde se difunde uma sistematicidade de destruição sociocultural e ambiental, acentuando a necessidade de superar a alienação espacial, e para isso é fundamental, como propõe Ribeiro (2009), identificar energias sociais com capacidade de disputar o futuro e de defender condições propícias à cooperação horizontal entre diferentes tempos sociais, saberes e formas de produzir. Afirma que, reconhecer sujeitos da ação, significa evitar que o pensamento crítico colabore para o alisamento do espaço, alisamento tão ansiado pelos atores dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esse artigo afirmando que o conceito de fronteira é um discurso sobre uma forma de ver o lugar, ou de um novo olhar sobre o mesmo (BERNARDES, 2005). Entretanto, José de Souza Martins (2014) nos recorda que a última onda modernizadora não pode ser reconhecida como a única temporalidade da fronteira.

É no contexto desse olhar que procuramos pensar a fronteira agrícola tecnificada na Amazônia em 2021. Sem dúvida contém praticamente todas as características das fronteiras agrícolas do cerrado nos anos 70, que podem ser traduzidas como:

- desobediente aos determinantes nacionais uma vez que não acumula linearmente no território nacional, mas se apropria de áreas antes consideradas inadequadas;
- disponibilidade de terras a baixos preços;
- mudanças no nível técnico e no rendimento médio da produção;



- inserção na chamada “globalização dos mercados”, voltada para a homogeneização do planeta movida pela competitividade;
- os arranjos territoriais significam a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades;
- mercado de trabalho agrícola formal impregnado de relações arcaicas;
- criação de novas territorialidades formadoras de novas paisagens;
- coexistência com estruturas tradicionais anteriores.

Contudo, cinquenta anos depois, em 2021, esses mesmos aspectos da fronteira agrícola do cerrado dos anos 70, atualizados em contextos atuais, assumem proporções e qualidades distintas, com acréscimo de algumas características novas na fronteira agrícola da Amazônia:

- aceleração da expansão das fronteiras em direção ao norte do país, tendo em vista as novas logísticas, através da articulação de vários modais de escoamento da produção (rodovias/hidroviárias/ferrovias);
- implantação de novos projetos na Amazônia, na confluência dos estados Amazonas, Acre e Rondônia, a exemplo do projeto AMACRO;
- surgimento de empresas controladoras do mercado de terras;
- crescente apropriação de terras e controle em larga escala pelo capital financeiro, devido à alta rentabilidade dos ativos agropecuários, fenômeno conhecido como land grabbing;
- expansão do meio técnico-científico e informacional: agricultura de precisão e Digital Farming 4.0;
- intensificação do uso de agrotóxicos, proclamando-se a “eficiência formal”, traduzida no rendimento médio, como valor supremo;
- além das mudanças na tecnosfera, ocorrem mudanças na psicosfera, tentando condicionar os novos comportamentos humanos;
- redução drástica da força de trabalho;
- modernização do arcaico e arcaização do moderno nas relações sociais;
- agudização dos conflitos, principalmente os relacionados ao controle da terra, a grilagem, ao desmatamento e ao excessivo uso de agrotóxicos, com efeitos devastadores na saúde da população e no meio ambiente;
- mudanças nas relações campo/cidade com intensificação do processo de urbanização.



Na medida em que constatamos a forte presença do capital financeiro nacional e internacional no controle do agronegócio, assistimos a um processo de concentração do capital como dantes nunca visto, com implicações no processo de concentração fundiária, onde emergem outras possibilidades logísticas, voltadas para um cenário de mercado de novas amplitudes, no âmbito de certo esgotamento dos recursos naturais do planeta, estimulados por inovações técnicas e informações novíssimas, em contextos políticos, econômicos e sociais que favorecem a emergência de radicalismos, de valores negativos e, conseqüentemente, mudando a qualidade e a intensidade dos conflitos.

NOTA

1 - CARVALHO, Cleide. Projeto de polo de agronegócio no Amazonas, Amacro se transformou em nova frente de desmatamento na Amazônia. O Globo, online, publicada em: 21 jun. 2021. Acessada em: 20 out. 2021.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira. In: SILVA, Cátia Antônia da; BERNARDES, Júlia Adão; ARRUIZZO, Roberta Carvalho; RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. Milton Santos's contribution to understanding the transformations underway at modern agricultural frontiers. In: MELGAÇO, Lucas; PROUSE, Caroline (Orgs). **Milton Santos: A Pioneer in Critical Geography from the Global South**. 1ed. London: Springer International Publishing AG, 2017.

COELHO, Maria Célia Nunes. **História social de um conceito**. Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, Marcos Vinícius Veloso. **Novas fronteiras da expansão do capital na rodovia Cuiabá-Santarém**. Tese de doutorado, PPGG/UFRJ, 2017.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.

KNAUSS, Paulo. **Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Editora da UFF, Niterói, 2004.

MACHADO, Lia Osório. **A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira**. Revista Brasileira de Geografia, 54(2), 27-55, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo.; LEITE, Sérgio. (Orgs). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.



MIRANDA FILHO, Francisco. **O Assentamento 1º de maio no contexto da expansão da fronteira agrícola**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação da UFMT, 2017.

MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris, Librairie Armand Colin, 1952.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá: Actas do XII, 2012.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão de fronteira amazônica no século XIX**. In: Encontros com a Civilização Brasileira, vol. 11. Rio de Janeiro, 1979.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Prefácio. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARRUIZZO, Roberta Carvalho. **Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio-técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Vol. XIII, nº 2, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro e São Paulo: ed. Record, 2001.

TURNER, Frederick Jackson. **O significado da fronteira na história americana**. Chicago, 1893.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

BERNARDES, Júlia Adão. Expansão do agronegócio na Amazônia: dinâmicas e contradições. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 60-73, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63233>. Acesso em: DD MMM. AAAA.